

Manifestação da CGTP a 18 de março

13 Março, 2023



Ponto de encontro dos enfermeiros será nas Amoreiras, às 15h.

Colega, é tempo de agir e de unir o descontentamento de todos. O poder de compra retirado aos salários dos trabalhadores, e especificamente dos enfermeiros, tem servido para aumentar os lucros do capital.

O Governo insiste em não responder aos problemas, não regula os preços de bens essenciais, promove a perda de poder de compra dos salários, mantém uma legislação laboral contra os trabalhadores e, enquanto isso, os lucros das grandes empresas aumentam.

Será a nossa ação e a nossa luta a determinar a melhoria das condições de trabalho e de vida. Temos direito a uma vida melhor. Por isso, estaremos todos em Lisboa, dia 18 de março:

- **Administração Pública: Amoreiras | 15 horas**

É urgente erradicar a precariedade

76% do emprego criado no nosso país (4.º trimestre de 2022) assenta em vínculos precários. Para o

desenvolvimento do país, é preciso combater os baixos salários e o desemprego jovem e de longa duração.

É urgente romper com a legislação laboral que ataca os direitos dos trabalhadores

As alterações à legislação laboral aprovadas na Assembleia da República não resolvem os problemas de precariedade, a desregulação de horários, o ataque à contratação coletiva e o atropelo aos direitos dos trabalhadores. São alterações que não dão resposta aos problemas com que os trabalhadores se debatem no dia-a-dia e que mantêm os aspetos mais negativos introduzidos pelo Governo do PSD\CDS-PP.

É possível viver melhor no nosso país. Os trabalhadores exigem a regulação dos preços dos bens essenciais e medidas que impeçam o aumento das rendas e das prestações dos empréstimos à habitação.

Vamos à luta! Contra o aumento do custo de vida! Combater a exploração!

Exigimos:

- Aumento dos salários em, pelo menos, 10%, e não inferior a 100€, para todos os trabalhadores;
- Efetivação do direito de contratação coletiva;
- Revogação das normas gravosas da legislação laboral;
- Valorização das carreiras e profissões;
- 35h para todos e combate à desregulação dos horários;
- Aumento de todas as pensões e reformas que reponha o poder de compra e assegure a sua valorização;
- Erradicação da precariedade;
- Defesa e reforço dos serviços públicos e funções sociais do Estado, Educação, Saúde e Habitação.